

# Comissões começam trabalho buscando acordos

BRASÍLIA — Se a palavra é o que vale, a primeira semana de trabalho das oito comissões temáticas da Constituinte será de intensa "negociação" e de grande esforço "em busca de entendimento", entre as correntes políticas representadas na Assembléia. Com raras exceções, essa é a perspectiva que se esboçou nos últimos dias, antecedida por decisões que escaparam em alguns casos do perfil produzido para a Assembléia pelos resultados das urnas em novembro de 1986.

Contados os votos, generalizou-se a impressão de que o eleitorado novamente escolhera para o Congresso uma corrente majoritária "de centro" ou "moderada". Crescera a "esquerda" e diminuiu a extensão da corrente "conservadora".

Na mesma semana em que se surpreendeu derrotada na maioria das decisões mais importantes da Assembléia, a própria "esquerda" ofereceu sinais de que poderia ter alcançado algum equilíbrio de forças nas votações, caso tomasse a iniciativa de buscar acordos sobre alguns dispositivos. É uma das alternativas que encaminha agora, ao tentar uma aproximação com a majoritária corrente "de centro", disponível a acordos com as duas partes.

## Serra pretende manter a máquina de arrecadação da Receita Federal

BRASÍLIA — Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a grande preocupação do Relator, Deputado José Serra (PMDB-SP), é manter a orientação que adotou na primeira fase da Constituinte, adaptando ao novo texto constitucional o atual aparelho da Receita Federal.

Os debates deverão ocorrer em clima de cordialidade. As questões mais controversas ficarão por conta do "grupo estatizante" do PMDB. As pressões ficarão por conta dos "municipalistas" insatisfeitos com a criação do Imposto sobre Produtos a Varejo e do lobby do Banco do Brasil.

Na dobradinha que formaram com sucesso durante os trabalhos das Subcomissões, Serra e o Presidente da Comissão, Francisco Dornelles (PFL-RJ), conseguiram o objetivo de preservar a atual máquina de arrecadação da Receita. Os dois praticamente redigiram o relatório apresentado por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) com base no trabalho do professor Fernando Rezen-



José Serra

de, da Seplan, autor da proposta de reforma do sistema tributário.

Serra promete um relatório que expresse a média do pensamento da Comissão e, ao mesmo tempo, contenha muitas de suas posições pessoais. A situação dele é tranquila na Comissão e a seu favor conta uma vitória pessoal, obtida no fim da votação do relatório da Subcomissão de Tributos. Constituintes do Sul não gostaram da nova redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios que privilegia os Estados do Norte e Nordeste. Serra conseguiu aprovar, então, uma cobrança adicional de 5 por cento sobre o imposto devido à União pelos Estados geradores de IPI. Não fosse isso, São Paulo, por exemplo, teria uma queda de orçamento em torno de 9 por cento.

Ainda que reservadamente, Serra já deixou transparecer sua posição sobre alguns aspectos do relatório do Deputado Fernando Gasparian, indicando que fará modificações substanciais. E contra, por exemplo, a extinção da carta-patente, por temer graves consequências para o sistema bancário, riscos para os depositantes e para as novas instituições que seriam criadas sem estrutura.

## Na Ordem Econômica, Severo prega o fim das escaramuças ideológicas

BRASÍLIA — Na elaboração do seu relatório para a Comissão de Ordem Econômica, o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) vai levar em conta o princípio por ele defendido de que, se não forem abandonadas as posições extremadas, não será possível obter qualquer resultado positivo.

— Vou fazer amplas consultas a todos os integrantes da Comissão, independentemente de partidos ou tendências ideológicas — afirmou.

O resultado das votações dos relatórios no âmbito das três Subcomissões — Reforma Agrária, Questão Urbana e Transportes e Princípios Gerais — indicou que, pelo menos nesta Comissão, se não for obtido o consenso prévio, o destino do relatório do Senador Severo Gomes será um só: a derrubada integral da sua proposta, já que a maioria da Comissão é integrada por constituintes de tendência moderada.

— Na primeira fase, verificou-se um verdadeiro teste de força entre os diferentes grupos. Nesta vamos



Severo

ter que trabalhar com menos emoção e mais razão.

Na opinião do Relator, até por uma questão de objetividade, não há interesse de ficar marcando posições porque no plenário a realidade é diferente. Ele crê que o conjunto dos 559 constituintes que vão decidir o texto final da Ordem Econômica tem posições mais avançadas do que a média da Comissão e espera que a nova Carta avance em relação ao texto atual na proteção das riquezas naturais do País e conferindo ao Estado papel relevante na defesa dos interesses nacionais, sem chegar ao estatismo absoluto.

— Aquela divisão rígida entre "moderados" e "progressistas" que se verificou nas subcomissões vai desaparecer. Os constituintes que se opuseram a uma proposta mais progressista de reforma agrária, por exemplo, poderão votar a favor de uma maior proteção à empresa privada. E vice-versa.

Entre os assuntos mais polêmicos, Severo apontou o limite para a propriedade rural, a imissão imediata do título de posse para as terras desapropriadas, a definição de empresa nacional e a política mineral.

## Richa quer Assembléias estaduais decidindo criação de novos Estados

BRASÍLIA — O Relator da Comissão da Organização do Estado, Senador José Richa (PMDB-PR), está tentando convencer os autores das propostas de criação de novos Estados para que transfiram seu objetivo para as Assembléias das unidades a serem desmembradas. Richa admitiu que encontra dificuldades em introduzir o assunto em seu anteprojeto:

— Não encontro justificativa técnica para colocar isso na Constituição. Divisão de Estados é atribuição dos próprios Estados e inclui a convocação de plebiscitos pelas Assembléias Legislativas — disse ele.

Para o Relator da Subcomissão dos Estados, Deputado Siqueira Campos (PDC-GO) — ele próprio defensor da criação do Estado do Tocantins, no Norte goiano — não há obstáculos a que a Constituinte decida sobre o assunto: em seu anteprojeto não apenas admitiu a criação de seis novos Estados, como previu a instalação de um grupo de trabalho encarregado de examinar propostas de redivisão territorial.

Dos seis novos Estados propostos — Tocantins, Juruá, Tapajós, Santa Cruz, Triângulo e Maranhão do Sul — somente o primeiro, numa avaliação preliminar de José Richa, está suficientemente amadurecido junto à população envolvida. Não tem falta, porém, o assédio dos interessados nessas propostas sobre os demais membros da comissão.

— Eles já agem em bloco — disse um dos membros da Comissão, referindo-se ao trabalho dos Deputados



José Richa

Paulo Roberto (PMDB-PA), Fernando Gomes (PMDB-BA) e Davi Silva (PDS-MA), responsáveis, respectivamente, pelas propostas de criação dos Estados de Tapajós, Santa Cruz e Maranhão do Sul.

Para alguns constituintes que fazem parte da Comissão, uma provável saída para o Senador José Richa será a de excluir do anteprojeto os desmembramentos estaduais propostos e deixar que o assunto "morra naturalmente" na Comissão de Sistematização.

Na expectativa desses mesmos constituintes, é possível, porém, que o Estado do Tocantins seja o único a obter espaço nas Disposições Transitórias da nova Carta, até porque um impedimento importante à sua criação foi removido: na primeira apresentação, há cerca de dois anos, por Siqueira Campos, o projeto do Tocantins foi vetado pelo Presidente Sarney. Naquele texto, as fronteiras do novo Estado avançavam sobre território maranhense, o que poderia gerar problemas políticos regionais para o Presidente da República. Na nova versão, porém, o Tocantins está restrito ao Estado de Goiás.

O Senador José Richa ainda está tentando encontrar uma solução para outro assunto controverso de sua Comissão: a autonomia do Distrito Federal. Enquanto a bancada local pressiona para que as eleições de Governador sejam no próximo ano, o Senador examina alternativas:

— Sou favorável à autonomia política do Distrito Federal, mas não sei por qual caminho optar. Das formas clássicas prefiro, inicialmente a do Município.

## Gabriel quer evitar perda de propostas

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), defende o diálogo entre todas as correntes que formam a Assembléia Nacional Constituinte, para evitar um confronto no plenário que acabe inviabilizando todas as propostas que possam ser consideradas um avanço na organização social brasileira. Ele afirmou que todos os relatores das Comissões Temáticas devem assumir o compromisso de viabilizar politicamente os substitutivos que irão apresentar aos anteprojetos das Subcomissões. Segundo Almir Gabriel, esta será a única maneira de garantir as inovações constitucionais que estão sendo apresentadas.

Neste sentido, ele considera de fundamental importância que o relator de uma comissão temática acompanhe de perto os trabalhos de outra comissão. Desta forma, para Gabriel, poderia ser satisfeita a necessidade de negociação política dos assuntos mais polêmicos.

Neste sentido, ele considera de fundamental importância que o relator de uma comissão temática acompanhe de perto os trabalhos de outra comissão. Desta forma, para Gabriel, poderia ser satisfeita a necessidade de negociação política dos assuntos mais polêmicos.

## Voto distrital, a novidade de Prisco

BRASÍLIA — A implantação do voto distrital misto, até para as eleições de vereadores nos municípios com mais de um milhão de eleitores como Rio e São Paulo, deverá ser uma das principais inovações do anteprojeto que o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) apresentará à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições.

Além do voto distrital, outro tema polêmico na Constituinte fará parte do trabalho de Prisco, Relator da Comissão: ele pretende evitar um conflito de competência, sustentando que a definição do mandato presidencial é atribuição da Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo.

Prisco revelou que, se essa preliminar for derrotada pelo plenário da Comissão, ele fixará em seu anteprojeto, mandatos de cinco anos tanto para o Presidente Sarney quanto para seus sucessores. Na semana passada, essa discussão foi levantada na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos e seus integrantes decidiram opinar sobre mandatos. Foram então aprovados cinco anos para Sarney — por proposta do Secretário-Geral do PFL, Saulo Queiróz — e quatro anos para os futuros presidentes. Na Comissão de Organização Eleitoral, que reúne um universo maior de deputados, Prisco ainda não conseguiu aferir a tendência majoritária sobre o assunto.



Almir Gabriel



Prisco Viana